

# Soberania alimentar

Biodiversidade, cultura  
e relações de gênero

Dalva Maria da Mota  
Emma Siliprandi  
Maria Emília Lisboa Pacheco  
Editoras Técnicas



**Embrapa**

Parque Estação Biológica (PqEB)  
Av. W3 Norte (final)  
CEP 70770-901 Brasília, DF  
Fone: (61) 3448-4433  
[www.embrapa.br](http://www.embrapa.br)  
[www.embrapa.br/fale-conosco/sac/](http://www.embrapa.br/fale-conosco/sac/)

**Responsáveis pelo conteúdo**

Embrapa Amazônia Oriental  
Associação Brasileira de Agroecologia

**Responsável pela edição**

Embrapa, Secretaria-Geral

Coordenação editorial

*Alexandre de Oliveira Barcellos*  
*Heloiza Dias da Silva*  
*Nilda Maria da Cunha Sette*

Supervisão editorial

*Cristiane Pereira de Assis*

Revisão de texto

*Everaldo Correia da Silva Filho*

Normalização bibliográfica

*Márcia Maria Pereira de Souza*

Projeto gráfico e capa

*Ralfe Braga*

Editoração eletrônica

*Leandro Sousa Fazio*

**1ª edição**

Publicação digital (2021): PDF

**Comitê Editorial da  
Coleção Transição Agroecológica**

Presidente

*João Carlos Costa Gomes*  
(Embrapa Clima Temperado)

Vice-presidente

*William Santos de Assis*  
(ABA-Agroecologia)

Membros

*Claudenir Fávero*  
(ABA-Agroecologia)

*Cristiane Pereira de Assis*  
(Embrapa, Secretaria-Geral)

*Irene Maria Cardoso*  
(ABA-Agroecologia)

*Marcos Flávio da Silva Borba*  
(Embrapa Pecuária Sul)

*Maria Emília Lisboa Pacheco*  
(ABA-Agroecologia)

*Mário Artemio Urchei*  
(Embrapa Meio Ambiente)

*Paulo Frederico Petersen*  
(ABA-Agroecologia)

*Tatiana Deane de Abreu Sá*  
(Embrapa Amazônia Oriental)

**Todos os direitos reservados.**

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,  
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.160).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Embrapa, Secretaria-Geral

---

Soberania alimentar : biodiversidade, cultura e relações de gênero / Dalva Maria da Mota, Emma Siliprandi, Maria Emília Lisboa Pacheco, editoras técnicas. – Brasília, DF : Embrapa, 2021.

PDF (391 p.) : il. color. (Coleção Transição Agroecológica; v.5).

ISBN 978-65-87380-09-4

1. Ciências ambientais. 2. Sustentabilidade. 3. Segurança alimentar. 4. Agricultura sustentável. 5. Condição ambiental. I. Mota, Dalva Maria da. II. Siliprandi, Emma. III. Pacheco, Maria Emília Lisboa. IV. Título. V. Coleção.

CDD (21. ed.) 333.95

---

*Márcia Maria Pereira de Souza* (CRB-1/1441)

©Embrapa, 2021

## Capítulo 8

# Extrativismo do pinhão: soberania e segurança alimentar, agroecologia e gênero

Natal João Magnanti  
Oscar José Rover





## Introdução

Este capítulo, parte da tese de doutorado do primeiro autor, aborda o tema do extrativismo do pinhão, que é a semente da araucária, doravante pinheiro-brasileiro [*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze], no Planalto Serrano Catarinense (PSC)<sup>1</sup>. Nele, os autores direcionam o foco analítico para as agricultoras familiares que compõem o Núcleo Planalto Serrano (NPS) da Rede Ecovida de Agroecologia<sup>2</sup>. A pergunta orientadora é se as agricultoras familiares têm papel na conservação da espécie e se empoderaram-se social e economicamente a partir do extrativismo.

Esse núcleo é um dos primeiros nós da Rede Ecovida de Agroecologia, tendo organizado seus dois primeiros encontros ampliados no início da década de 2000. Entre outras ações, o NPS promove a certificação participativa dos produtos orgânicos da Ecovida, na sua área de abrangência. Na Associação Ecovida de Certificação

---

1 O Planalto Serrano Catarinense é composto por 18 municípios (Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Lages, São José do Cerrito, Paineira, São Joaquim, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Urubici, Bom Retiro, Rio Rufino, Urupema, Correia Pinto, Otacílio Costa, Palmeira, Ponte Alta), que juntos compõem a Associação de Municípios da Região Serrana (Amures).

2 A Rede Ecovida foi criada em 1998 como resultado de um processo de articulação de organizações e movimentos sociais, visando construir uma alternativa ao modelo de agricultura dominante no País. A rede é organizada em núcleos regionais espalhados pela região Sul do Brasil. Cada núcleo reúne membros de uma microrregião com características semelhantes (um território rural). A organização social da Ecovida procura privilegiar relações de reciprocidade, tais como a troca de produtos, sementes e experiências, assim como incentiva outras formas de cooperação no interior da rede (Rover; Lampa, 2013). O Núcleo Planalto Serrano é constituído por aproximadamente 30 grupos, associações e cooperativas do Planalto Serrano Catarinense.

Participativa, braço operativo da Rede Ecovida, havia certificado 248 estabelecimentos nesse núcleo em março de 2018. Em 2019 foram certificadas 110 unidades de produção e 3 unidades de processamento em 18 grupos. O processo de avaliação da conformidade para 2020 está em andamento. O PSC é a segunda região de Santa Catarina com maior número de unidades produtivas no cadastro de produtores orgânicos do Brasil (Bernardes; Amaral, 2018). Além da certificação, o NPS realiza atividades de formação, eventos, e articula a Fortaleza Slow Food (FSF)<sup>3</sup> do Pinhão da Serra Catarinense. A FSF do Pinhão da Serra Catarinense é a primeira organização dessa natureza no Sul do Brasil. O trabalho com o extrativismo do pinhão é uma das atividades das organizações que compõe o NPS. Parte-se do pressuposto que o extrativismo promove a agroecologia, alicerçado em conhecimentos tradicionais, na valorização da produção com a presença do componente arbóreo e em harmonia com a natureza, bem como proporciona o consumo de alimentos saudáveis. O pinhão é um alimento que possui relação histórica com as organizações do NPS, sendo símbolo da cultura alimentar do PSC. Sustenta-se que o extrativismo do pinhão contribui para a soberania e segurança alimentar<sup>4</sup> e nutricional da agricultura familiar do NPS.

## Caracterização do território

A região abrange uma área total de 16.085 km<sup>2</sup>, o que representa 16,9% da superfície de Santa Catarina, situando-se no ecossistema

---

3 As Fortalezas são projetos do *Slow Food* para ajudar os pequenos produtores a resolverem as suas dificuldades, reunindo os produtores isolados e conectando-os com mercados alternativos, mais sensíveis à sua situação e que valorizam os seus produtos (Makuta, 2018).

4 A noção de soberania alimentar argumenta que alimentar o povo de uma nação é uma questão de segurança nacional – de soberania, se quisermos. Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento como arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então esse país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional nem de segurança alimentar. A soberania alimentar, portanto, vai além do conceito de segurança alimentar. A soberania alimentar envolve a implementação de processos radicais de reforma agrária massiva, adaptada primordialmente às condições de cada país e região e que propicie ao camponês – com oportunidades iguais para indígenas e mulheres – acesso equitativo a recursos produtivos, primordialmente terra, água e florestas, bem como aos meios de produção, financiamento, treinamento e capacitação para administração e negociação (Rosset, 2006).

Floresta Ombrófila Mista<sup>5</sup> da Mata Atlântica. A ocupação histórica do PSC é distinta de outras regiões de Santa Catarina. O município de Lages era considerado um povoado da Província de São Paulo até 1771 e foi originalmente ocupado por bandeirantes paulistas. Somente em 1820 ele passou à categoria de Vila de Santa Catarina (Vieira et al., 2009). Esses autores destacam que o povoamento dessa região está associado ao transporte de gado para o interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Esse processo foi denominado de tropeirismo e influenciou fortemente a região. Ao contrário de outras regiões catarinenses, essa forma de ocupação estimulou o predomínio de médias e grandes propriedades (Cazella; Burigo, 2008). A região possui conformação paisagística composta por campos nativos intercalados com floresta de pinheiro-brasileiro, clima marcado pela ocorrência de invernos rigorosos e pela forte presença da cultura cabocla<sup>6</sup>, o que lhe confere territorialidade específica (Abramovay, 2010). As iniciativas de modernização conservadora da agricultura, induzidas pelo Estado nos anos 1960 e 1970, produziram ali impactos menos contundentes. A região é considerada menos desenvolvida comparada às demais regiões do estado. Para entender o seu menor grau de desenvolvimento, é necessário estabelecer uma série de relações com o modo de ocupação do território, com o tipo de desenvolvimento industrial e agrícola, e com o investimento feito ao longo da história nessa região (Borchardt, 2003). As características históricas da ocupação e a baixa adoção de técnicas modernas de produção agrícola determinaram as características da agricultura familiar da região. Segundo Locks (1998), a população que ali se fixou nos finais do século 19 e durante as primeiras décadas do século 20 e originou a agricultura familiar foram

---

5 A Floresta Ombrófila Mista (FOM) ocupava originalmente aproximadamente 200 mil km<sup>2</sup>, estando circunscrita a uma região de clima pluvial subtropical. Seu principal componente, o pinheiro-brasileiro, é a única espécie de seu gênero com ocorrência natural no Brasil. Toda essa área estava distribuída nos planaltos de altitudes entre 500 m e 1.200 m dos estados do Paraná (40%), Santa Catarina (31%) e Rio Grande do Sul (25%), e como manchas no sul de São Paulo (3%), até o sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro, em áreas de altitude elevadas (1%). A FOM é considerada como um ecossistema altamente ameaçado no domínio da Mata Atlântica, em estado crítico em termos de conservação. Hoje, estima-se que os remanescentes ocupem entre 1% e 4% da área original (Reis et al., 2010).

6 Caboclo é um termo empregado para definir, entre outras coisas, os indivíduos e as culturas que se originaram a partir da miscigenação entre indígenas e europeus, que no território brasileiro teve início após a chegada dos portugueses, ou "lusitanos". Nesse sentido, corresponde ao termo luso-brasileiro, que expressa essa dualidade étnica e cultural (Onghero, 2012).

agregados, peões, sitiantes ou posseiros que moravam no interior das grandes fazendas.

A presença numérica e cultural cabocla no território é marcante (Locks, 1998; Floriani; Mafra, 2007; Mafra; Stadtler, 2007; Vieira et al., 2009). Notadamente, os caboclos da região podem ser caracterizados como povos e comunidades tradicionais, o que lhes confere uma relação distinta com a biodiversidade, o extrativismo e com os mercados (Mota et al., 2008).

A agricultura familiar na região é predominante em termos de número de estabelecimentos rurais. O somatório das declarações de aptidão (DAPs) físicas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)<sup>7</sup> é de 16.345 declarações, sendo que os estabelecimentos são maiores em área comparada com outras regiões. Apesar disso, há significativo número de agricultores familiares que têm acesso restrito à terra, e aproximadamente 21% dos estabelecimentos rurais são geridos por não proprietários. O território concentra três dos seis menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, em que a pobreza se concentra principalmente no meio rural (Magnanti; Sartori, 2011).

As principais situações de ameaça à biodiversidade e à agricultura familiar são a construção de grandes hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas e a monocultura do *Pinus*. A geração de energia por meio das barragens é considerada uma ameaça porque ocupa de maneira permanente a terra, contribuindo com a desagregação de comunidades rurais. Essas construções também impactam nos remanescentes e conseqüentemente no extrativismo do pinhão. A monocultura do *Pinus* é uma ameaça porque promove a desagregação e isolamento das comunidades rurais, concorrendo por mão de obra rural e competindo por áreas usadas originalmente para produção de alimentos e extrativismo (Magnanti; Sartori, 2011).

A região se destaca pelo extrativismo do pinhão visando ao autoabastecimento e à comercialização. Integram o território os

---

7 Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/pesquisarDAP>

municípios de Paineira, São Joaquim e Capão Alto, que, respectivamente, são o primeiro, terceiro e quarto municípios que mais extraíram pinhão no Brasil em 2017. Os municípios do território comercializaram 2.751 toneladas de pinhão nesse ano, a um preço médio de R\$ 2,17 por quilograma, gerando uma receita R\$ 5,138 milhões. O território concentra os dez municípios que mais extraíram pinhão no estado, perfazendo 80% da comercialização (IBGE, 2017).

## A conservação pelo uso da biodiversidade

O conceito aqui adotado para a biodiversidade é derivado da *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, que estabeleceu a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB (Brasil, 2000, p. 28), que definiu biodiversidade como:

[...] a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte: compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

A CDB aborda o importante papel desempenhado pelas mulheres na conservação das espécies, “afirmando a necessidade de sua plena participação em todos os níveis de formulação e execução de políticas para a conservação da diversidade biológica” (Brasil, 2000, p. 45).

A conservação da biodiversidade por meio do seu uso é defendida por uma corrente de pesquisadores (Diegues; Arruda, 2001; Pereira; Diegues, 2010; Vieira-da-Silva, 2013; Magnanti et al., 2017; Reis et al., 2018). Eles demonstraram que os povos e comunidades tradicionais, bem como os agricultores familiares, podem utilizar de forma duradoura as riquezas que serão extraídas da floresta. Graças à demanda global a favor da proteção da natureza e ao crescimento de correntes ambientalistas, aumentou o respaldo do papel desempenhado pelas populações tradicionais na conservação dos ecossistemas (Pereira; Diegues, 2010). Segundo Martins et al. (2015), uma outra

forma de conservação são as unidades de conservação (UCs), que são áreas protegidas destinadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais. O somatório de todas as UCs do PSC é de 59.204 ha, o que perfaz 3,68% da sua área. A partir desta constatação, é possível deduzir a importância dos estabelecimentos privados na conservação, especialmente os familiares que são predominantes em número e em área total (Magnanti; Sartori, 2011). Os fragmentos da Floresta Ombrófila Mista, com pinheirais, estão localizados em UCs e em áreas dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (Amaral; Fichino, 2014). A agricultura familiar se constitui num importante ator social para a conservação das espécies, sendo necessária a combinação de esforços entre a preservação que ocorre nas unidades e a conservação pelo uso nos estabelecimentos privados. A estratégia da conservação pelo uso proporciona parte importante da alimentação nos estabelecimentos familiares, contribuindo para a segurança e soberania alimentar, e compõem parte da renda das famílias.

As sementes do pinheiro-brasileiro servem de alimento para a fauna e compõem a base da economia de muitas famílias, sendo estas potenciais parceiras na conservação, tanto pelo conhecimento tradicional quanto pela significativa área ocupada (Zechini et al., 2012).

No PSC foi constatada a existência de sistemas agroflorestais (SAFs) onde predomina a extração do pinhão. Esses sistemas foram descritos por Magnanti (2016, p. 57):

[...] trata-se de sistemas de uso da terra onde existe a dominância de araucárias no dossel superior, com a presença de erva mate (*Ilex paraguariensis*) e bracatinga (*Mimosa scabrella*) no dossel intermediário, bem como a manutenção de espécies forrageiras que compõem uma diversificada pastagem com espécies nativas e naturalizadas, que servem de alimento para bovinos de corte e leite mantidos nas propriedades de forma extensiva. Esse sistema agroflorestal tradicional é a base produtiva e, por conseguinte, a base econômica de milhares de propriedades que ao longo do tempo adotaram práticas agroflorestais de uso e conservação da floresta ombrófila mista, constituindo um saber fazer sócio cultural típico da região.

Os SAFs do planalto foram construídos pela agricultura familiar, ensejando o manejo sustentável da biodiversidade. Atualmente, o uso principal do pinheiro-brasileiro é para coleta de pinhões. Os principais fatores que contribuíram para que o extrativismo do pinhão tomasse a dimensão que possui na região são: a) a inclusão do pinheiro-brasileiro na lista das espécies ameaçadas de extinção (Brasil, 2008) e em Santa Catarina em 2014; b) a intensificação da fiscalização coibindo o uso madeireiro; c) a concentração da regeneração em determinadas regiões e a dominância da espécie na floresta; d) o conhecimento local do uso e do manejo da espécie em SAFs (Magnanti, 2016); e) a valorização econômica do pinhão como um recurso alimentar (Mantovani, 2004); f) a disponibilidade de mão de obra no período de extração (Adan, 2013); g) a implantação de políticas públicas de valorização da biodiversidade (Oliveira, 2014). Esses fatores proporcionaram condições para que o extrativismo se tornasse uma atividade econômica relevante, que muitas vezes envolve outras espécies como a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), a goiaba-serrana (*Acca sellowiana*), a uvaia (*Eugenia pyriformis*), o araçá (*Psidium cattleianum*), a bracinga (*Mimosa scabrella*) (Magnanti, 2017). Esses alimentos autóctones se destinam ao autoabastecimento familiar, promovem a soberania e segurança alimentar, atuam como fonte de renda e ao mesmo tempo contribuem para a conservação ambiental, fortalecendo a identidade cultural das comunidades rurais. Eles motivam a realização de festas e eventos gastronômicos que divulgam a cultura, atraem turistas e estimulam a manutenção do extrativismo (Amaral; Fichino, 2014). Segundo Mota et al. (2008, p. 156),

[...] o debate sobre o extrativismo tem sido retomado pelo reconhecimento da importância desses sistemas para a conservação da biodiversidade num contexto de desequilíbrio ambiental, pela valorização cultural que os seus produtos têm adquirido no mundo contemporâneo, em que consumidores distantes cobiçam produtos rotulados como “verdes”, e pelo reconhecimento de que os saberes acumulados por gerações de populações tradicionais tem sido um dos guias mais usados nas pesquisas científicas.

Segundo Mota et al. (2008), os homens geralmente predominam nas atividades extrativistas economicamente mais compensadoras na Amazônia. Não obstante, as pesquisadoras chamam a atenção para a atuação das mulheres na floresta, como seringueiras, castanheiras, pescadoras e curandeiras que utilizam os recursos naturais. Pacheco (2002) afirma que é recorrente no País a percepção do trabalho na agricultura e no agroextrativismo como atividade masculina, embora as mulheres participem de inúmeras atividades agrícolas e extrativas, em dupla ou tripla jornada. Nesse sentido, a invisibilidade do trabalho das mulheres permanece, a qual é flagrante no extrativismo do pinhão. A divisão de tarefas entre homens e mulheres reforça essa invisibilidade, visto que normalmente a extração das pinhas<sup>8</sup> diretamente das árvores e a comercialização do pinhão ficam a cargo dos homens, enquanto as tarefas de catação manual do pinhão que se desprende naturalmente das pinhas e que caiu no chão, bem como a classificação e o processamento, são atividades predominantemente femininas.

Segundo Pacheco (2002), o papel desempenhado pelas mulheres é fundamental quando se considera que a conservação e o uso da biodiversidade são vitais para a defesa da agricultura e do agroextrativismo familiar. Diferentemente dessa situação de invisibilidade por que passam a maioria dos extrativistas, especialmente às mulheres trabalhadoras rurais do PSC, as organizações que compõem o NPS da Rede Ecovida constituíram a FSF do Pinhão da Serra Catarinense. A FSF tem como um dos seus objetivos promover a comercialização do pinhão para mercados alternativos, que são sensíveis à conservação das espécies e também remuneram melhor o trabalho executado. A constituição da FSF promoveu a discussão do papel das mulheres trabalhadoras rurais no extrativismo, já que foram elas que a constituíram e hegemonizam a sua coordenação. Além disso, foram as mulheres que protagonizaram os processos de processamento do pinhão e que investiram em intercâmbios com outras regiões do Brasil,

---

8 Pinhas são os frutos do pinheiro-brasileiro, que são compostos de pinhões e falhas (são as estruturas reprodutivas que não foram fecundadas por ocasião da polinização).

as quais constituíram Fortalezas Slow Food (FSFs) em torno de outros produtos que demandavam ações para serem mais bem valorizados e preservados. A participação feminina também é predominante nas participações da FSF nos eventos internacionais do *Slow Food*.

## Metodologia

O estudo utilizou como instrumentos de pesquisa as entrevistas com questionários semiestruturados (Seixas, 2005), os diagnósticos rurais participativos (Verdejo, 2006), a observação participante e a análise documental.

No ano de 2016 foram entrevistados 23 membros do NPS (17 homens e 6 mulheres) oriundos de 13 municípios (Otaçílio Costa, Capão Alto, Urubici, Anita Garibaldi, Correia Pinto, São Joaquim, Bom Retiro, Painel, Campo Belo do Sul, Lages, São José do Cerrito, Bocaina do Sul e Zortéa). As entrevistas foram realizadas com os seguintes objetivos: caracterizar o manejo do pinheiro-brasileiro, conhecer os locais de coleta do pinhão e estabelecer visão de futuro para o extrativismo. Foram realizadas novas entrevistas com 20 membros do NPS em setembro de 2018 (13 homens e 7 mulheres), oriundos de 10 municípios (São Joaquim, Alfredo Wagner, Otaçílio Costa, São José do Cerrito, Correia Pinto, Curitibanos, Lages, Urubici, Anita Garibaldi e Campo Belo do Sul), com os seguintes objetivos: conhecer as formas de comercialização, os principais mercados e determinar o consumo familiar do pinhão. As amostras continham agricultores e agricultoras familiares que pertencem ao NPS e praticam extrativismo de pinhão.

Foram empregados também diagnósticos rurais participativos (DRPs), realizados em conjunto com um grupo de pesquisadores da Rede Sistemas Agroflorestais Agroecológicos do Sul (Rede Safas)<sup>9</sup>. Esses pesquisadores trabalham com o intuito de pesquisar o manejo

---

9 Projeto Núcleo Safas: Sistemas Agroflorestais Agroecológicos do Sul, Projeto 2015–2016 (Chamada MDA/CNPq 39/2014).

do pinheiro-brasileiro em SAF na região. Os DRPs<sup>10</sup> foram realizados em 2016 e 2017 nos municípios de Paineira, São Joaquim, Urupema e Bocaina do Sul. Os DRPs contaram com a participação de 48 informantes (28 homens e 20 mulheres), incluindo grupos extrativistas, lideranças sindicais e técnicos das prefeituras. Nos DRPs foram empregadas as técnicas do Diagrama de Venn e Linha do Tempo. Somente os resultados da linha do tempo foram utilizados para compor os resultados e discussões do capítulo.

A linha do tempo foi utilizada com o objetivo de resgatar a história local do uso do pinheiro-brasileiro, principalmente em relação ao uso do pinhão, buscando compreender as alterações ambientais, econômicas e sociais que ocorreram em diferentes períodos. Foi solicitado que os participantes reconstruíssem os principais eventos da história do local, registrando uma linha com os principais acontecimentos e os anos que ocorreram.

As informações qualitativas da pesquisa foram analisadas por meio do método análise de conteúdo (Franco, 2005), baseando-se principalmente no conteúdo das entrevistas e diagnósticos realizados, relacionando-os com o referencial teórico pesquisado e a visão dos pesquisadores. Os dados quantitativos coletados mediante entrevistas foram analisados por estatística descritiva<sup>11</sup>, produzindo informações que subsidiaram os resultados, a discussão e as conclusões do capítulo.

A análise documental da pesquisa utilizou o protocolo de produção e a sistematização da metodologia Fofa (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças) da FSF do Pinhão da Serra Catarinense. O protocolo de produção já existia e foi reelaborado pelo projeto Alimentos bons, limpos e justos: ampliação e qualificação da participação da agricultura familiar brasileira no movimento *Slow Food*, coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além desses

---

10 Segundo Verdejo (2006), a importância de se gerenciar um planejamento a partir de um diagnóstico próprio da comunidade faz com que os agricultores possam compartilhar suas experiências analisando as técnicas do DRP como forma de buscar um melhor aproveitamento e planejamento de suas propriedades.

11 Apresentação numérica, tabular e/ou gráfica com o propósito de resumir ou sumarizar as informações contidas num conjunto de dados observados.

documentos, foram utilizadas informações sobre a execução dos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Cooperativa Ecoserra<sup>12</sup> e também informações sobre a certificação da conformidade orgânica realizada pelo NPS. Finalmente, foram consultados relatórios de projetos executados pelo Centro Vianeí de Educação Popular<sup>13</sup>.

## Uso do pinheiro-brasileiro – principais resultados

Nos diagnósticos ocorreu consenso entre homens e mulheres sobre três períodos distintos e sequenciais do uso do pinheiro-brasileiro no PSC. O primeiro é do início do século 20 até aproximadamente o início dos anos 1950. A espécie era utilizada basicamente para produzir pinhão e madeira, que era usada principalmente nos estabelecimentos. O pinhão era utilizado para alimentação humana e para os animais domésticos. Os porcos eram alimentados com pinhão e foram importante fonte de renda (eram comercializados em tropas para outras regiões do estado) e insumo básico na alimentação familiar. Um segundo momento foi o ciclo da madeira, que durou do início dos anos 1950 até meados dos anos 1970. Esse período foi importantíssimo para a economia regional, promovendo crescimento demográfico e econômico, além de expressivo impacto ambiental. Com a redução drástica da população de araucária, ela foi posteriormente incluída na categoria de espécie em extinção, gerando um terceiro momento de utilização do pinheiro-brasileiro, o qual começa no final do ciclo da madeira, com a restrição do seu corte e intensificação da fiscalização, de meados da década de 1990 até hoje. Neste período ocorreu regeneração natural da espécie nas antigas roças que foram abandonadas, bem como em locais de pastagens naturais e naturalizadas, o que proporcionou a ampliação da oferta de pinhão para o consumo

---

12 A Ecoserra é uma cooperativa de agricultores e agricultoras familiares agroecológicos com objetivo de promover a organização da produção, a agroindustrialização, da compra e venda de produtos e insumos agroecológicos/orgânicos e artesanais. Disponível em: <http://www.cooperativaecoserra.com.br>.

13 O Centro Vianeí de Educação Popular é uma entidade da sociedade civil, organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, fundado em 1983, com atuação nos movimentos e organizações populares e na assessoria aos trabalhadores rurais organizados ou em processo de organização. Disponível em: <http://www.vianeí.org.br>.

humano, tornando-o um produto comercial, bem como para a fauna local e migratória.

Os resultados revelam que em média 3,7 pessoas trabalham nos estabelecimentos e possuem idade média de 48 anos (variando de 24 a 72 anos). Os estabelecimentos têm área média de 20,68 ha (menor área 2,6 ha e maior 83 ha), sendo que 91% deles têm reserva legal averbada e 87% o cadastro ambiental rural (CAR). Dentre os entrevistados, 70% participam de pelo menos uma forma organizativa da agricultura familiar. A extração de pinhão por estabelecimento variou de 45 kg a 5 mil kg ao ano, sendo a média da extração 1.170 kg por estabelecimento ao ano. O manejo do pinheiro-brasileiro utilizado está na perspectiva da conservação pelo uso. Em média, 25% da área total dos estabelecimentos é coberta por floresta com a espécie. A maioria informou que colhe pinhão em mais de uma área, preferindo áreas de matas em regeneração e pastagens. Dados semelhantes foram encontrados por Adan (2013). Oitenta e três por cento (83%) dos entrevistados afirmaram possuir mais pinheiro-brasileiro na atualidade que no passado e também informaram que realizam manejo da regeneração. A maioria utiliza mais de uma técnica de manejo (plântio, corte de galhos, introdução de gado e os porcos no sub-bosque<sup>14</sup>, corte seletivo de árvores e adubação orgânica). Sobre quais técnicas de manejo seriam melhores para produzir mais pinhão, 70% afirmaram que o corte seletivo de árvores (raleio) é uma técnica que produz bons resultados. Em seguida citaram a adubação, com 35%, e o plântio, com 18%. Quando os extrativistas foram perguntados sobre por que começaram a comercializar pinhão, 35% afirmaram que o motivo era aumentar a renda familiar, 13% por participarem em feiras e 9% porque a produção era maior que o consumo familiar. Outra informação é que 30% dos entrevistados comercializam pinhão a menos de 10 anos. Perguntados sobre como projetam a produção de pinhão daqui a 10 anos, 61% dos entrevistados afirmam que vai aumentar.

---

<sup>14</sup> Sub-bosque é a vegetação que está abaixo das árvores de porte alto, como a araucária. Na maioria dos casos das propriedades onde é extraído o pinhão, a vegetação rasteira é composta de pastagem nativa, a qual é utilizada pelos animais domésticos.

Os motivos que justificam a perspectiva de aumento são: o manejo adotado na condução da espécie, o aumento da demanda dos consumidores pelo produto, o plantio efetuado nos estabelecimentos, o aumento do preço no mercado, a melhoria da consciência ambiental dos extrativistas e consumidores, a previsão de lucro, a valorização do pinhão como um recurso alimentar. Os resultados corroboram a proposta da conservação por meio do uso, que propõe a inclusão das populações humanas como promotoras da conservação da biodiversidade. Parte significativa dos entrevistados (35%) pratica extrativismo fora do seu estabelecimento, principalmente em áreas de vizinhos ou parentes, a partir de contratos verbais entre as partes. Não houve relatos de problemas no acesso ao recurso florestal, porém há relatos de conflito pelo uso das áreas de extração, tanto nesse território quanto em outros (Vieira-da-Silva, 2013).

Os resultados obtidos a partir das entrevistas do ano 2018 revelam que o volume de pinhão comercializado é o dobro do volume comercializado 2 anos antes, perfazendo um total de 6.445 kg ao ano. A primeira constatação é que dentre os entrevistados o consumo in natura<sup>15</sup> é menor que o consumo processado<sup>16</sup>. Do volume total consumido, 45% é in natura e 55% é consumido após ser processado e armazenado. Somando o consumo in natura e processado, o volume consumido per capita entre os entrevistados é 25,10 kg por pessoa ao ano. Para verificar a importância do pinhão na dieta alimentar, foram acessadas as informações da Pesquisa de Orçamento Familiar (IBGE, 2018)<sup>17</sup> e comparadas às quantidades ingeridas de alimentos pelas famílias do Sul do Brasil. A quantidade ingerida de carne bovina e pão são respectivamente 21,94 kg a 21,61 kg por pessoa ao ano, valores semelhantes ao consumo do pinhão entre os entrevistados.

15 Considera-se o consumo in natura aquele pinhão consumido pela família nas formas menos processadas. Nesse caso foram inseridos o pinhão assado na chapa do fogão à lenha e o pinhão cozido na água. Nesses dois casos, o pinhão é consumido logo após ser preparado, não passando por armazenamento.

16 Considera-se pinhão processado aquelas amêndoas que foram assadas ou cozidas e posteriormente armazenadas sobre refrigeração ou congelamento. O pinhão processado desta forma irá compor preparações de doces e salgados (exemplos: paçoca, entrevero, doces, bolachas, etc.).

17 Pesquisa de orçamento familiar (POF); os dados mais recentes são de 2008–2009. Disponível em: [http://ww2.ibge.br/home/estatistica/populacao/condicaoivedida/pof/2008\\_2009\\_analise\\_consumo/defaulttab\\_zip.alimentos.shtml](http://ww2.ibge.br/home/estatistica/populacao/condicaoivedida/pof/2008_2009_analise_consumo/defaulttab_zip.alimentos.shtml).

Comparando com produtos básicos da cesta de alimentos como arroz e feijão, que respectivamente são 48,83 kg e 53,50 kg por pessoa ao ano, o consumo do pinhão é praticamente a metade desses alimentos, o que demonstra a importância deste alimento na dieta alimentar. O pinhão comercializado in natura para atacadistas, pelos entrevistados, corresponde a 38,64% do total extraído. Os demais 61,36% do pinhão foi comercializado para outras sete estratégias de comercialização, todas consideradas de circuito curto. A primeira estratégia em quantidade comercializada foram vendas em feiras; a segunda, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); a terceira, na própria propriedade rural; a quarta, a venda direta em domicílio; a quinta, em outros mercados; a sexta, no PAA; e a sétima, em cestas. Dos 20 entrevistados, 22% utilizaram as feiras; 22%, a comercialização em domicílio; 14%, os atacadistas; 9%, o PAA; 9%, o Pnae; 9%, as cestas; 9%, outros mercados; e 4,5% comercializaram na própria propriedade. Se somarmos o volume comercializado no Pnae e PAA, essa se torna a principal estratégia de comercialização nos circuitos curtos.

## **O papel das agricultoras familiares na produção e comercialização do pinhão**

O extrativismo é uma das atividades que as agricultoras familiares praticam na agroecologia. Inúmeras outras tarefas são realizadas por elas na região, que se somam e convergem para o processo contínuo de transição agroecológica em curso no NPS.

As entrevistas revelaram o importante papel das agricultoras familiares na comercialização, por meio de circuitos curtos e no processamento do pinhão. O reconhecimento do trabalho realizado pelas agricultoras familiares no extrativismo do pinhão junto ao NPS é emergente, sendo uma ação deliberada das organizações, visando ao empoderamento e ao protagonismo feminino. Pacheco (2002) afirma que, para incorporar a perspectiva de gênero, articulada ao extrativismo, requer revisão das categorias de análise, das práticas político-educativas e das políticas públicas.

Uma perspectiva de trabalho baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero terá que garantir o empoderamento das mulheres, reconhecendo o seu papel como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente. Simultaneamente terá que lhes assegurar apoio organizativo, controle sobre recursos produtivos, como terra e crédito e capacitação técnica. (Pacheco, 2002, p. 25).

O empoderamento feminino iniciado na década de 1980 na América Latina priorizou dimensões ligadas aos direitos das mulheres, especialmente dos domínios produtivos e reprodutivos, a revisão de direitos tradicionais, equiparação de direitos legais das produtoras rurais sobre a terra, direitos a serviços de saúde e de acesso a crédito. Isso abriu novas perspectivas para pesquisas e contribuiu para uma maior consciência das mulheres trabalhadoras rurais no que concerne à cidadania. Da combinação entre a perspectiva feminista e a participação mais visível das mulheres nos movimentos rurais, uma série de direitos foram conquistados e viabilizados por políticas públicas comprometidas com a causa feminista e de gênero (Woortmann et al., 2007). Segundo Siliprandi (2011), o início dos movimentos de mulheres rurais remonta aos anos 1980 no Brasil, com foco em direito à sindicalização. As mulheres se organizavam em grupos com o apoio de setores das igrejas progressistas, como parte da proposta de disseminação das Comunidades Eclesiais de Base. No PSC, o impulso inicial também teve assessoria de setores progressistas da Igreja Católica e de organizações não governamentais emergentes, como o Centro Vianei de Educação Popular<sup>18</sup>.

Na perspectiva do empoderamento feminino, a concessão do *Prêmio Margarida Alves* em 2007, para agricultora Emília de Fátima Velho Souza, foi um importante marco no NPS. O prêmio foi concedido graças ao trabalho realizado pela Associação das Famílias Agricultoras de Otacílio Costa (Afaoc), integrante do NPS. O trabalho premiado descreveu a participação em redes, cooperativas e políticas públicas acessadas pela associação, mas também as dificuldades e preconceitos

---

<sup>18</sup> Um exemplo dessa intervenção foram cursos de formação em etapas para discutir sexualidade, metodologias, classes sociais e ferramentas de lutas (Magnanti, 2004, p. 13).

enfrentados pelas mulheres cotidianamente na família e comunidade, realçando a coragem que foram adquirindo para participar de espaços que eram historicamente considerados masculinos, especialmente aqueles onde ocorre a gestão e controle social das políticas públicas para a agricultura familiar. O empoderamento das agricultoras familiares da Afaoc, as quais são extrativistas de pinhão e pertencem ao NPS, pode ser apresentado pelo relato da agricultora Emília de Fátima (Woortmann, 2007, p. 152):

A venda é feita na feira livre, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e mercado atacadista de São Paulo, através da Cooperativa Ecoserra. Na feira livre são fornecidos produtos como feijão, batata, pinhão, moranga, frango caipira, ovos, queijo, nata, couve. Na safra de 2003/2004 o grupo comercializou para a Conab, oito mil quilos de batata e para São Paulo dez mil quilos de moranga [...] A produção objetiva primeiramente a subsistência para garantir a segurança alimentar e posteriormente a comercialização do excedente, na busca de renda... Trabalhamos a conscientização dos homens para que compreendam que não é só o econômico, ganhar dinheiro, mas que é preciso estar organizadas para conseguirmos avançar no reconhecimento, na valorização da agroecologia e do trabalho das mulheres, que é o respeito das nossas vidas e das nossas famílias. Com isso ganhamos conhecimento e outros benefícios... As mulheres vêm assumindo cada vez mais responsabilidades nas organizações da agricultura familiar, são responsáveis pela produção dos alimentos, tanto para o consumo da família como para a comercialização, ainda são as maiores responsáveis pelos cuidados com os filhos e com a casa, desenvolvem trabalhos na comunidade e estão buscando outras fontes de renda através da agroindustrialização dos alimentos e do artesanato.

Segundo Magnanti (2010), o trabalho com as mulheres no NPS foi intensificado durante o período do governo federal de 2003 a 2011, com importantes fomentos por meio de políticas públicas. Segundo Siliprandi (2011, p. 175), “a partir de 2003, com a mudança do governo federal do Brasil para uma proposta popular, fortaleceram-se as possibilidades de diálogo entre os movimentos de mulheres rurais e setores governamentais”. Uma política pública que auxiliou os

grupos de mulheres foi o Pronaf Infraestrutura<sup>19</sup>. O Colegiado de Desenvolvimento Territorial Serra Catarinense, por meio do Pronaf, financiou estruturas de processamento de óleo vegetal, pinhão, hortaliças, sucos e geleias em Otacílio Costa; processamento de frutas, sucos, hortaliças e pinhão, em Urubici; panificação e massas, doces, geleias, sucos e pinhão, em São Joaquim; panificação, em Urubici; artesanato, em São Joaquim e Cerro Negro. O processamento de alimentos, em especial o pinhão, se destacou nos grupos geridos pelas mulheres trabalhadoras rurais (Magnanti, 2010, p. 32):

O trabalho com as mulheres trabalhadoras rurais tem recebido, nos últimos cinco anos, uma dedicação especial por parte das organizações da rede [...] A emergência de 14 grupos de produção/agroindustrialização agroecológica geridos por mulheres vem permitindo a criação de espaços sociais para o empoderamento delas como protagonistas em todas as feiras agroecológicas existentes no território. Dessas feiras, quatro são conduzidas exclusivamente por nove grupos que envolvem 100 mulheres. As agricultoras também participam da comercialização em domicílio e nas vendas por meio do PAA. Além disso, sistemas geridos por 101 mulheres estão em processo de certificação participativa [...] O principal objetivo do trabalho com os grupos e associações de mulheres é superar a subordinação a que elas foram historicamente submetidas por conta de relações de gênero desiguais. Busca-se, portanto, desencadear novas possibilidades de geração de renda e emancipação política das mesmas em benefício da elevação da qualidade de vida delas e de suas famílias.

Foram as agricultoras familiares extrativistas de pinhão do NPS que constituíram a FSF do Pinhão da Serra Catarinense e participaram dos eventos promovidos pelo movimento *Slow Food*. O manejo do pinhão em SAFs, o conhecimento das variedades existentes e o uso culinário pelas agricultoras familiares podem ser observados no relato da agricultora Aleida Pereira Lehmann, da Afaoc (Woortmann et al., 2007, p. 159), quando essa agricultora descreve o seu sistema.

---

<sup>19</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), particularmente da linha de crédito Infraestrutura e Serviços Municipais, foi uma linha de crédito estruturada com base nos princípios da descentralização das decisões via Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e da participação da população beneficiária por meio do fomento das organizações coletivas, especialmente das associações de produtores (Hespanhol, 2006).

Também manejamos os campos de forma que venham a ser mais sustentáveis, as grimpas dos pinheiros são amontoadas próximo dos pés, sendo feita de três em três meses pelo fato de que as grimpas estão inteiras e fáceis de pegar. Antigamente a grimpas era queimada e a cinza era dada para o gado comer, misturada com o sal. As grimpas podem se tornar um problema para os animais ao pastarem porque machuca as ventas, mas se forem amontoadas próximo ao pé servem como adubação, proporcionando boas produções de pinhão que além de serem consumidos pela família e pelos animais, está ocupando um espaço considerável na comercialização. Deixo uma reserva de mato em meio ao campo com a função de proteger os animais do sol, chuva ou frio. O pinhão começa a produção a partir de abril, em junho ainda tem um pouco. Têm algumas espécies como o pinhão-cajuvá e o macaco que produzem tarde. Consumimos muito pinhão, se faz muitas iguarias à base de pinhão, as mais conhecidas são a paçoca e o entreveiro, mas um pinhão na chapa ou uma sapecada com grimpas são de um sabor inigualável.

Uma política pública que pode ser utilizada pelos extrativistas na região é a política de garantia de preços mínimos dos produtos da biodiversidade (PGPM Bio). A PGPM Bio foi instituída pelo Ministério do Meio Ambiente e começou a ser operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 2009, incluindo o pinhão na safra 2015 (Conab, 2016). A PGPM Bio tem como beneficiários os agricultores familiares, conforme definido na Lei nº 11.326/2006<sup>20</sup>. Ela objetiva, mediante subvenção do preço dos produtos da sociobiodiversidade, promover a proteção do meio ambiente, seu uso racional e a recuperação dos recursos naturais. Após consulta aos dados de acesso da subvenção do pinhão no site da Conab, se observa que desde a safra 2015 ocorreram somente 20 acessos com pagamento da PGPM Bio em Santa Catarina. A totalidade dos acessos foi para extrativistas do PSC. O primeiro foi realizado em 2016, por uma agricultora extrativista que pertence à Associação Renascer de Urubici, integrante do NPS e da FSF do Pinhão. Em 2018 a filha dessa agricultora foi à Itália no evento do *Slow Food*.

---

20 A Lei nº 11.326/2006 estabeleceu quatro pontos para a definição da agricultura familiar: a) quatro módulos fiscais; b) gestão familiar da propriedade; c) mão de obra predominante familiar; d) renda predominantemente oriunda da exploração familiar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-2006-pl.html>.

Outra política pública que se efetivou e mobilizou as mulheres trabalhadoras rurais do NPS foram os programas de compras governamentais. O acesso a mercados institucionais, tais como o PAA e o Pnae, foi e continua sendo utilizado pelos grupos do NPS, em especial de mulheres. A necessidade de controle, organização e emissão de notas de produtor rural e a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) – tendo como titular as mulheres, exigido pelo PAA e PNAE – induziram que os grupos de mulheres se organizassem também na legalização das suas trocas comerciais. A inclusão do nome das mulheres na DAP e no bloco de produtor rural foi uma conquista importante e auxiliou na utilização de direitos previdenciários como a aposentadoria rural.

No caso específico do PAA, a modalidade mais utilizada foi a Compra com Doação Simultânea, que desde 2004 vem ocorrendo por meio da Cooperativa Ecoserra. O pinhão sempre foi incluído nos projetos do PAA e fornecido pelas extrativistas de pinhão do NPS. A Cooperativa Ecoserra elaborou projeto PAA para a modalidade formação de estoque em 2009, visando ao processamento e posterior comercialização do pinhão.

Segundo Siliprandi (2007), um desafio colocado para as mulheres trabalhadoras rurais em relação às políticas públicas está no intuito de se institucionalizar o espaço a ser ocupado permanentemente como sujeitos plenos de direitos e como beneficiárias diretas de políticas, e não apenas como componentes subordinados dentro da unidade familiar de produção. No caso dos grupos de agricultoras familiares que se enfoca aqui, essa questão vem sendo discutida e implantada, já que várias iniciativas em curso nas quais as mulheres estão envolvidas promovem o seu empoderamento, seja participando de colegiados, fóruns e organizações (associações e cooperativas), na condição de portadoras de direito ao crédito do Pronaf, ao projeto do Pronaf Infraestrutura, à emissão de nota de produtora rural; seja representando a FSF e o NPS em viagens e intercâmbios nacionais e internacionais. Isso dá visibilidade ao trabalho feminino nas atividades produtivas, contribuindo para superar a invisibilização a que as mulheres são submetidas, mesmo no movimento agroecológico.

Siliprandi (2007) também afirma que algumas questões permanecem em aberto e merecem reflexão, quando se pergunta sobre o lugar das mulheres nas propostas agroecológicas e quais são as perspectivas de emancipação vinculadas a essas atividades. Entende-se que a proatividade na criação da FSF do Pinhão é uma evidência do protagonismo das agricultoras familiares dentro da organização local.

As entidades que compõem o NPS e a FSF elegeram modalidades de circuitos curtos de comercialização<sup>21</sup> para escoar a produção, inclusive o pinhão. Além delas, as agricultoras familiares vêm utilizando a estratégia de cestas com entrega em domicílio. É o caso do Grupo Cestas Agroecológicas de Urubici, coordenado por mulheres, o qual desde 2017 faz entregas semanais para consumidores, além de processar pinhão numa unidade familiar. Essas modalidades de comercialização valorizam o produto, o conhecimento e o saber-fazer cultural da região. Elas valorizam também as relações humanas com o ambiente e sua interação com questões ligadas à cultura alimentar, o que intervém na economia regional. Sabourin (2011, p. 194) atesta que “há em torno da ideia de produtos de qualidade associados a territórios específicos um potencial de criação de territorialidades socioeconômicas e culturais”. Nesse contexto de valorização do conhecimento local e da cultura alimentar, o estabelecimento da FSF trouxe contribuições para a conservação da biodiversidade. Isso vai ao encontro do que indica Poulain (2013, p. 243):

A valorização dos produtos simples, rústicos e de qualidade natural que deixam de ser desprezados em relação à sofisticação e a arte complexa da alta gastronomia. A antiga oposição: alta gastronomia x alimentos rústicos é substituída por uma nova oposição: alta gastronomia e gastronomia rústica x alimentação industrializada.

É nesse horizonte de valorização de alimentos rústicos e de pratos regionais que a FSF do Pinhão interage como um ator. Ela promoveu vários eventos com chefes de cozinha do *Slow Food*, sempre primando pelo protagonismo do conhecimento culinário acumulado pelas

---

21 Circuitos curtos de comercialização são as formas de comercialização que mobilizam até um intermediário entre o produtor e o consumidor (Darolt, 2012).

agricultoras familiares. O trabalho de pesquisa e a posterior publicação do caderno *Pinhão Produto da Sociobiodiversidade Patrimônio Cultural do Território Serra Catarinense*, com dezenas de receitas<sup>22</sup> típicas do pinhão da região, evidenciam a valorização do conhecimento alimentar e a cultura alimentar acumulada pelas agricultoras familiares. Segundo Pereira et al. (2015, p. 5),

[...] a importância das lutas cotidianas que são travadas no âmbito da SSAN estão relacionadas com o que comemos e com o que as gerações futuras irão comer, destacando que comer pinhão é um ato político. E que adquirir diretamente das organizações da agricultura familiar agroecológica ou das suas organizações é ainda mais revolucionário.

Essa mesma perspectiva dá-se em relação à participação nos eventos internacionais do *Slow Food*. A FSF sempre priorizou a participação das mulheres nos eventos. Em 2006, as organizações do NPS enviaram uma representante para o evento *Terra Madre*<sup>23</sup>, em Turim na Itália. Em 2007 o *Slow Food* promoveu o *Terra Madre Brasil*, em Brasília, que contou com a participação de uma representante desse núcleo. Nesse mesmo ano foi fundada a FSF do Pinhão da Serra Catarinense, sob a coordenação de um grupo de agricultoras familiares. Entre 2008 e 2014, o NPS sempre enviou representantes para os eventos *Terra Madre* e *Salão do Gosto* em Turim na Itália, sempre primando pela presença majoritária de mulheres nas participações.

Em 2011, a Ecoserra enviou uma mulher para representá-la num evento denominado *Algusto*, em Bilbao, na Espanha, para representar a FSF. Segundo Pereira et al. (2015), por meio da constituição da FSF foi possível incluir pinhão processado nos canais de comercialização, fortalecer a juventude, gerar renda e autonomia para as mulheres agricultoras. Mesmo em outros eventos no Brasil, como um intercâmbio para conhecer a FSF do Umu no Nordeste, sempre se priorizou a

22 Esse material foi publicado originalmente em 2010 e a segunda edição foi publicada em 2015 (Pereira et al., 2015).

23 Organizado pelo *Slow Food*, em colaboração com o governo da região Piemonte e o município de Turim, o *Terra Madre Salone Del Gusto* é o maior evento internacional dedicado à cultura alimentar. O evento em 2018 reuniu mais de 5.000 delegados de 140 países, mais de 800 expositores, 300 Fortalezas Slow Food e 500 comunidades do alimento do *Terra Madre*. Disponível em: <https://www.slowfood.com/press-release/o-ritmo-brasileiro-no-terra-madre-salone-del-gusto>.

presença feminina, tanto pelo conhecimento sobre o tema como pela afirmação das questões de gênero na FSF.

Nessa linha de empoderamento, a Cooperativa Ecoserra sempre teve agricultoras familiares nos seus conselhos, inclusive na sua presidência. A cooperativa tem uma longa trajetória na comercialização para o mercado institucional, o que exige expertise nesse tipo de mercado. A cooperativa comercializa pinhão in natura no PAA desde 2004. A comercialização por meio do PAA tem proporcionado melhores preços e venda ao longo da safra, o que significa colher o pinhão maduro, valorizando a diversidade de variedades da espécie.

A Ecoserra também vem abrindo mercado para a comercialização do pinhão processado em lojas especializadas, redes de supermercado e em cestas de produtos agroecológicos. No caso do mercado de cestas, a participação das mulheres enquanto fornecedoras foi de 30% em relação ao total da comercialização. A cooperativa, por meio do PAA em 2017, comercializou 4.255 kg de pinhão ao preço de R\$ 5,11 por quilograma, enquanto o preço médio pago ao produtor pelos atacadistas na região foi de R\$ 2,10 (Brasil, 2017). No ano anterior, a Cooperativa Ecoserra comercializou 25 mil kg de pinhão por R\$ 4,75 por quilograma via PAA, sendo que nesses 2 anos de comercialização 40 mulheres extrativistas forneceram pinhão para esse programa. O percentual de participação das mulheres no programa, nos últimos 3 anos de operacionalização do PAA, chegou a 60%, demonstrando um aumento do interesse pelo programa. Além disso, essa resposta também se deve às mudanças nas normas do PAA ao longo do tempo, principalmente o reconhecimento da importância do papel das mulheres trabalhadoras rurais. O estímulo à participação das mulheres, por meio de uma pontuação melhor para as propostas que integravam maiores percentuais de agricultoras familiares, é essencial para vitalizar a participação feminina no programa. No caso da Cooperativa Ecoserra, o projeto enviado em 2018 foi com 100% de mulheres, tendo em vista os critérios de pontuação do PAA, mas também fruto do reconhecimento do trabalho das agricultoras familiares

que compõem o quadro societário da entidade<sup>24</sup>. Siliprandi (2011) afirma que o acesso a políticas públicas auxilia no aumento da visibilidade da força de trabalho das mulheres trabalhadoras rurais.

Outra evidência do protagonismo feminino é o predomínio do processamento em baixa escala, realizado predominantemente pelas agricultoras familiares. Essa estratégia requer menor investimento em infraestrutura, evitando imobilizar muitos recursos em equipamentos e estruturas físicas. Em 2009–2010, a Associação Renascer de Urubici trabalhou na constituição de uma agroindústria para processamento do pinhão (Coradin et al., 2011). Em 2015, um projeto do Centro Vianeí<sup>25</sup> envolveu a FSF e outras entidades do NPS e doou 15 conjuntos de equipamentos para processamento em baixa escala de pinhão. O processamento do pinhão é majoritariamente realizado pelas mulheres e agrega valor ao produto. Essa mesma estratégia vem sendo realizada em outras regiões produtoras como Caxias do Sul, RS, onde o pinhão cozido e moído é uma boa oportunidade para agregar valor, sendo vendido ao preço médio de R\$ 15,00 por quilograma (Conab, 2017).

Além da Cooperativa Ecoserra, da Associação Renascer de Urubici e da Afaoc de Otacílio Costa, outras organizações de mulheres compõem o NPS. É o caso da Associação das Mulheres Camponesas Unidas pelo Trabalho de Curitiba e da Associação das Mulheres do Cruzeiro do Cerro Negro, que coordenam em parceria com a Cooperativa Ecoserra os projetos do PAA em seus respectivos municípios. Além disso, essas duas associações também promovem feiras

---

24 Importante frisar que a Cooperativa Ecoserra tem hoje 446 associados de praticamente todos os municípios da região, sendo que 287 destes associados são homens e 147 são mulheres. Há também 12 filiações onde consta o nome dos homens e das mulheres. A partir destes números é possível calcular que a Cooperativa Ecoserra atualmente tem aproximadamente 35% do seu quadro societário composto por mulheres trabalhadoras rurais que interagem com o extrativismo do pinhão. Esse mesmo percentual de mulheres compõe a atual diretoria da cooperativa, o que demonstra relativo avanço na participação das mulheres em instituições formais.

25 O projeto “promoção e fortalecimento da cadeia produtiva do pinhão na Serra Catarinense, tendo como protagonista a Agricultura Familiar Agroecológica e como mote a agregação de valor e o fortalecimento de mercados sustentáveis”, financiado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), com recursos do Tropical Forest Conservation Act (TFCA/EUA). Esse projeto foi premiado na primeira edição do Prêmio BNDES de Boas Práticas em Sistemas Agrícolas Tradicionais (SAT) em 2018. O SAT desenvolvido pelos agricultores e agricultoras familiares do NPS foi considerado uma ação de salvaguarda por conservar bens culturais imateriais associados à sociobiodiversidade, além de manter e valorizar estratégias agroalimentares baseadas em conhecimento tradicional para manutenção da paisagem única da Floresta Ombrófila Mista (FOM) sobre gestão familiar que se dedica à policultivos e ao extrativismo, especialmente do pinhão.

agroecológicas nos seus municípios e vendas em domicílio. No caso de Cerro Negro, a associação tem avançado tanto na produção para o autoabastecimento como para a comercialização. Fruto desse avanço também melhorou a relação com as instituições públicas do município. Segundo Waltrich (2017, p. 146), o protagonismo das mulheres da associação da comunidade do Cruzeirinho proporcionou que “os serviços das Secretarias de Saúde, Assistência Social e Agricultura ficassem mais presentes dentro da comunidade”. A associação também conseguiu firmar parcerias com instituições para além do município, como exemplo pode ser citado o projeto com o Fundo Social da Caixa Econômica Federal em 2015. Waltrich (2017) afirma que a estruturação de grupos e associações que trabalham com a produção agroecológica gera forte impacto nas famílias e nas comunidades locais, fortalecendo os grupos, melhorando a alimentação das famílias, aumentando a renda, proporcionando maior autonomia para as mulheres e ajudando no orçamento familiar.

Outra linha de atuação vital para o empoderamento das agricultoras familiares na agroecologia é a certificação da sua produção. Com o aumento das exigências legais e do mercado pela comprovação da conformidade orgânica dos alimentos comercializados, faz-se necessário que as agricultoras familiares também certifiquem sua produção. A certificação, mesmo que participativa, demanda o domínio de muitos processos na esfera da organização, controles, competência técnica na tomada de decisões. Até junho de 2018, segundo a Associação Ecovida de Certificação Participativa, o NPS tinha 128 estabelecimentos certificados. Deste total, 28 estão em nome das mulheres trabalhadoras rurais, o que perfaz 22% dos certificados. Apesar dos avanços, considera-se que na área produtiva, da certificação e comercialização, é ainda significativa a fragilidade das mulheres agricultoras, apesar de elas terem um papel ativo nas comissões de ética dos municípios e presença constante nas reuniões do NPS.

## Considerações finais

O extrativismo do pinhão realizado pela agricultura familiar do PSC contribui para a conservação da espécie pelo seu uso. O manejo praticado pelas agricultoras familiares tem contribuído para a regeneração da espécie. O pinhão tem assumido importante função como fonte alimentar e como produto comercial. As agricultoras familiares têm assumido papel protagonista em diversas esferas do NPS estudado neste capítulo e contribuído decisivamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional, dinamizando os processos agroecológicos em curso.

A comercialização em circuitos curtos proporciona maior remuneração para as agricultoras familiares, comparada com a venda para os atacadistas. Essa maior remuneração as estimula a conservar a espécie. O envolvimento nas organizações que praticam esse tipo de comercialização e a oportunidade de venda do pinhão processado são estímulos adicionais ao envolvimento das agricultoras, pois mobiliza um conhecimento ancestral que elas possuem sobre o processamento do pinhão e auxilia na composição de sua renda. Observou-se a forte presença das agricultoras nas modalidades de comercialização praticadas no NPS, dirigindo os processos em feiras, cestas com entrega em domicílio e no PAA/Pnae em alguns municípios, onde a organização local feminina é mais atuante. Assim, constata-se um duplo resultado: as agricultoras familiares contribuem com suas organizações e também no desenvolvimento da agricultura familiar do território, ao mesmo tempo que sua participação contribui para sua emancipação e empoderamento.

## Referências

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. VIEIRA, P. F. (org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: Aped: Seco, 2010. 488 p.
- ADAN, N. **Uso, manejo, conhecimento local e caracterização morfológica de variedades de *Araucaria angustifolia* (Bert.) Ktze., no Planalto Serrano Catarinense**. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

AMARAL, M. M.; FICHINO, B. S. **Construção participativa de diretrizes para o manejo sustentável do pinhão (*Araucaria angustifolia*) a partir de uma visão da conservação da floresta com araucária e do uso do pinhão**. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2014. 60 p. (Caderno, 43).

BERNARDES, R. M.; AMARAL, E. R. **Levantamento da produção orgânica em Santa Catarina**. São José: Mapa, 2018. 20 p.

BORCHARDT, I. **Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome**. Florianópolis: SDS/Instituto: Cepa/SC, 2003. 235 p. Disponível em: [http://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_cepa/publicacoes/Diagnostico.pdf](http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Diagnostico.pdf). Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 6, de 23 de setembro de 2008**. Ministério do Meio Ambiente, reconhecer as espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/estruturas/179/arquivos/179\\_05122008033615.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/179/arquivos/179_05122008033615.pdf). Acesso em: 5 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre Diversidade Biológica, CDB: Conferência para Adoção do Texto Adotado da CDB – Ato final de Nairobi**. Brasília, DF: MMA : SBF, 2000. 60 p. (Série Biodiversidade, 2).

CAZELLA, A. A.; BURIGO, F. L. O desenvolvimento territorial no planalto catarinense: o difícil caminho da intersetorialidade. **Revista Extensão Rural, CCR-UFSM**, Ano XV, p. 5-30, jan./jul., 2008.

CONAB (Brasil). **Boletim da Sociobiodiversidade**, v. 1, n. 2, abr./maio/jun. 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuario-e-extrativista/boletim-da-sociobiodiversidade>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CONAB (Brasil). **Política de garantia de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade (PGPM-Bio)**. Brasília, DF, 2016. 32 p.

CORADIN, L.; SIMINSKI, A.; REIS, A. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual e potencial: plantas para o futuro: região sul**. Brasília, DF: MMA, 2011. 934 p.

DAROLT, M. R. **Conexão ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. Londrina: Iapar, 2012. 162 p.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Ed. da USP, 2001. 176 p.

FLORIANI, G. S.; MAFRA, S. H. Diagnóstico rural participativo para gestão sócio-ambiental da araucária. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, fev. 2007.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 31, p. 483-502, set./dez. 2005. DOI: [10.1590/S1517-97022005000300011](https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300011).

HESPANHOL, R. A. M. PRONAF infra-estrutura e serviços municipais e associações de produtores em municípios selecionados da região de Presidente Prudente, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, v. 36, n. 5, p. 16-24, maio 2006.

IBGE. **Pesquisa do Orçamento Familiar (POF)**. Disponível em: [http://ww2.ibge.br/home/estatistica/população/condiçãoodevida/pof/2008\\_2009\\_analise\\_consumo/defaulttab.zip.alimentos.shtm](http://ww2.ibge.br/home/estatistica/população/condiçãoodevida/pof/2008_2009_analise_consumo/defaulttab.zip.alimentos.shtm). Acesso em: 20 nov. 2018.

IBGE. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>. Acesso em: 20 out. 2018.

LOCKS, G. A. **Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito, SC**. 1998. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MAFRA, M. S. H.; STADTLER, H. H. C. Etnoconhecimento e conservação da biodiversidade em áreas naturais e agrícolas no Planalto Sul Catarinense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 3., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007.

MAGNANTI, N. J. Rede de agroecologia do território serra catarinense: um ator protagonista para o fortalecimento da agricultura familiar. **Agriculturas: experiências e agroecologia**, v. 7, n. 1, mar. 2010.

MAGNANTI, N. J. A importância social e econômica do pinhão na serra catarinense. In: PEIXER, Z.; CARRARO, J. L. **Povos do campo, educação e natureza**. Lages: Grafine, 2016. 188 p.

MAGNANTI, N. J.; ROVER, O. J. SIMINSKI, A.; SANTOS, K. L.; SIDDIQUE, I. Conservação pelo uso de espécies ameaçadas: manejo da araucária em sistemas agroflorestais agroecológicos (SAFAS). In: SIDDIQUE, I.; DIONÍSIO, A. C.; SIMÕES-RAMOS, G. A. **Construindo conhecimentos sobre agroflorestas em rede**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017. 94 p. (Série Agroflorestas Agroecológicas do Sul em Rede, 3).

MAGNANTI, N. J.; SARTORI, S. **Sistematização do território Serra Catarinense**. Lages, 2011. 46 p. (Projeto: 429-MA).

MAKUTA, G. **Biodiversidade, arca do gosto e fortalezas slow food: um guia para entender o que são, como se relacionam com o que comemos e como podemos apoiá-las**. São Paulo: Associação Slow Food Brasil, 2018. 128 p.

MANTOVANI, A.; MORELLATO, L. P. C.; REIS, M. S. Fenologia reprodutiva e produção de sementes em Araucária angustifolia (Bert) O. Ktze. **Revista Brasileira de Botânica**, v. 27, n. 4, p. 787-796, out./dez. 2004. DOI: [10.1590/S0100-84042004000400017](https://doi.org/10.1590/S0100-84042004000400017).

MARTINS, L.; MARENZI, R. C.; LIMA, A. Levantamento e representatividade das unidades de conservação instituídas no estado de Santa Catarina, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, p. 241-259, abr. 2015. DOI: [10.5380/dma.v33i0.36900](https://doi.org/10.5380/dma.v33i0.36900).

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no nordeste brasileiro. **Revista Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 1, jan./mar. 2008. DOI: [10.1590/S0103-20032008000100006](https://doi.org/10.1590/S0103-20032008000100006).

OLIVEIRA, A. A. Pinhão (semente). **Conjuntura Especial**, set. 2014.

ONGHERO, A. L. **Retratos e memórias da história de Formosa do Sul**. Chapecó: CEOM: UnoChapecó, 2012.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: PERSPECTIVAS de gênero: debates e questões para ONGs. Recife: GT Gênero/Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.

PEREIRA, S. A.; REIS, E.; SILVA, R. O. **Pinhão**: produto da sociobiodiversidade: patrimônio cultural do território Serra Catarinense. 2. ed. [Lages]: Gráfica Mayer, 2015. 38 p.

POULAIN, J. P. A mundialização e os movimentos de deslocalização e de realocação da alimentação. In: POULAIN, J. P. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. 2. ed. Florianópolis: Ed. da EDUFSC, 2013.

REIS, M. S.; PERONI, N.; MARIOT, A.; STEENBOCK, W.; FILIPPON, S.; SILVA, C. V.; MANTOVANI, A. Uso sustentável e domesticação de espécies da Floresta Ombrófila Mista. In: MING, L. C.; AMOROZO, M. C. M.; KFFURI, C. W. (org.). **Agrobiodiversidade no Brasil**: experiências e caminhos da pesquisa. Recife: Nupeea, 2010, p. 183-214.

REIS, M.; MONTAGNA, T.; MATTOS, A. G.; FILIPPON, S.; LADIO, A. H. ; MARQUES, A.; ZECHINI, A. A.; MANTOVANI, A. Domesticated landscapes in araucaria forests, southern Brazil: a multispecies local conservation-by-use system. **Frontiers in ecology and evolution**, v. 6, p. 11, Feb. 2018. DOI: [10.3389/fevo.2018.00011](https://doi.org/10.3389/fevo.2018.00011).

ROSSET, P. Alternativa à política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar. In: SAUER, S.; MENDES PEREIRA, J. M. **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 344 p.

ROVER, O. J; LAMPA. F. M. Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, jun.2013.

SABOURIN, E. Mercados de troca e reciprocidade. In: SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Ed. da EDUFRGS, 2011.

SEIXAS, C. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão dos recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 73-105.

SILIPRANDI, E. Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, maio 2007. Disponível em: <http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/6427>. Acesso em: 30 jun. de 2018.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento Iberoamericano**, n. 9, p. 169-183, 2011. Disponível em: [https://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper\\_Emma\\_Siliprandi-12.pdf](https://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf). Acesso em: 30 jun. 2018.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C.; ANDION, C. Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de Santa Catarina. **Política e Sociedade**, n. 14, p. 335-380, abril de 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/21757984.2009v8n14p335/10963>. Acesso em set. 2018.

VIEIRA-DA-SILVA, C. **A (in)visibilidade de uma atividade praticada por muitos: o extrativismo e os canais de comercialização de pinhão em São Francisco de Paula, RS**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília, DF: MDA: SAF: Dater, 2006.

WALTRICH, C. C. Assessoria e capacitação para os beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e fortalecimento de grupo de mulheres agricultoras no desenvolvimento da agroecologia do município de Cerro Negro. In: MAGNANTI, N. J. **Abastecimento agroecológico de consumidores articulado com soberania e segurança alimentar e nutricional**. Lages: Mayer, 2017. 152 p.

WOORTMANN, E. F.; LOPES, A. L.; BUTTO, A.; MOLINA, C. (coord.). **Prêmio Margarida Alves: II coletânea sobre estudos rurais** Brasília, DF: MDA, 2007. (NEAD Especial, 4).

ZECHINI, A. A.; SCHUSSLER, G.; SILVA, J. Z.; MATTOS, A. G.; PERONI, N.; MANTOVANI, A.; REIS, M. S. Produção, comercialização e identificação de variedades de pinhão no entorno da floresta nacional de Três Barras-SC. **Biodiversidade Brasileira**, v. 2, n. 2, p. 74-82, 2012.

## Literatura recomendada

SANTA CATARINA (Estado). Resolução CONSEMA nº 51, de 5 de dezembro de 2014. Reconhece a Lista Oficial das Espécies da Flora Ameaçada de Extinção no Estado de Santa Catarina e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, 23 dez. 2014. Disponível em: <http://www.ima.sc.gov.br/index.php/ecosistemas/biodiversidade/flora>. Acesso em: jun. 2020.